





DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v19.i1.8660657>

Artigo de Revisão

Princípios metodológicos para o ensino dos esportes de aventura: uma proposta pedagógica

Methodological principles for the teaching of adventure sports: a pedagogical proposal

Princípios metodológicos para la enseñanza de deportes de aventura: una propuesta pedagógica

Felipe da Silva Triani¹ 
Luiz Claudio do Nascimento² 

RESUMO

Objetivo: Trata-se de uma revisão que propõe uma reflexão sobre a possibilidade de ensino dos esportes de aventura a partir de princípios metodológicos como norteadores da ação docente. **Método:** Propõe-se uma síntese dos princípios, revisando-os de forma conceitual, a fim de direcionar a leitura no sentido do referencial adotado. Destacam-se os nexos de cada princípio e suas possibilidades pedagógicas no ensino dos esportes de aventura. **Conclusão:** A apropriação de princípios metodológicos para o ensino dos esportes de aventura pode servir como uma possível estratégia de ação, considerando a escassez de produções sobre a temática.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Esportes radicais. Ensino.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

² Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial, SC - Brasil.

Correspondência:

Felipe da Silva Triani. Av. Fernando Mattos, 48, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22621-090. Email: felipetriani@gmail.com



ABSTRACT

Objective: This is a review that proposes a reflection on the possibility of teaching adventure sports based on methodological principles that guide teaching action. **Method:** A synthesis of the principles is proposed, reviewing them in a conceptual way, in order to direct the reading towards the adopted framework. The nexus of each principle and its pedagogical possibilities in the teaching of adventure sports are highlighted. **Conclusion:** The appropriation of methodological principles for the teaching of adventure sports can serve as a possible strategy for action, considering the scarcity of productions on the theme.

Keywords: Pedagogical practices. Adventure sports. Teaching.

RESUMEN

Objetivo: Se trata de una revisión que propone una reflexión sobre la posibilidad de enseñar deportes de aventura a partir de principios metodológicos que orienten la acción docente. **Método:** Se propone una síntesis de los principios, revisándolos de manera conceptual, con el fin de orientar la lectura hacia el marco adoptado. Se destaca el nexo de cada principio y sus posibilidades pedagógicas en la enseñanza de los deportes de aventura. **Conclusión:** La apropiación de principios metodológicos para la enseñanza de los deportes de aventura puede servir como una posible estrategia de acción, considerando la escasez de producciones sobre el tema.

Palabras Clave: Prácticas pedagógicas. Deportes de aventura. Enseñanza.

INTRODUÇÃO

Os esportes de aventura, assim como os esportes convencionais, vêm acompanhando o homem desde muito tempo. Estudos são unânimes ao afirmarem que a prática desses esportes já se enraizava com os hábitos cotidianos do homem. Portanto, do ponto de vista histórico, no que tange a prática desses esportes, muitas experiências humanas ao longo dos anos foram documentadas que antes era supostamente apropriada apenas aos homens dotados de coragem e heroísmo (PEREIRA; ARMBRUST; RICARDO, 2008).

Cantorani e Pillatti (2005) afirmam que as atividades físicas diárias, como subir em árvores, escalar montanhas, mergulhar em rios, caminhar quilômetros em busca de alimento e moradia, contribuíram de forma indireta para que o homem pudesse vivenciar práticas corporais semelhantes a dos esportes de aventura, como: escalada, mergulho, corrida de aventura, *trekking*, *parkour*, arvorismo, etc. Contudo, essas práticas não poderiam ser denominadas como esportes de aventura, pelo fato de não serem atividades realizadas com o sentido que é atribuído na contemporaneidade. Mundialmente as práticas dos esportes de aventura datam sua origem por volta do século XVIII, ocasião em que o surfe foi o principal precursor, sendo difundido a partir da primeira década do século XX (CANTORANI; PILLATTI, 2005).

No Brasil, o surfe foi o primeiro esporte de aventura a ser praticado e teve suas primeiras experiências no Rio de Janeiro, na década de 1950. Por conseguinte, deu-se um passo importante para abertura da federação carioca de surfe em 1965. Foi pelo surf que outras modalidades foram incorporadas aos esportes de aventura, uns criados a partir do conceito e utilização das pranchas, como *skysurf*, *snowboard*, *windsurfe* e *wakeboard* (CANTORANI; PILLATTI, 2005).

Consequentemente, ocorridas às experiências e treinamento vivenciado no âmbito de prática pelo homem ao longo da história desses esportes, os mesmos, sempre ofertaram movimentos ligados às práticas relacionadas diretamente com a natureza (BETRÁN, 2003). Portanto, se a prática dos esportes de aventura é algo ainda recente, considerando outras correntes esportivas mais consolidadas, seu ensino é ainda mais.

Nesta perspectiva de âmbito da prática relacionada às experiências e treinamentos dos esportes de aventura, Triani *et al.* (2020), realizaram um estudo com objetivo de identificar os esportes de aventura mais praticados no Rio de Janeiro, especificamente na Barra da Tijuca e em São Conrado, além de analisarem a formação profissional dos instrutores responsáveis pela condução prática desses esportes. Segundo os autores o estudo identificou que dentre o total de instrutores de esportes de aventura responsáveis por conduzir a prática, menos de 15% possuem formação em educação física.

Deste modo, considerando o contexto pedagógico de ensino para os esportes de aventura, Betti e Zuliani (2002) apresentam em uma proposta metodológica quatro princípios que podem ser utilizados como estratégia de ensino nessa corrente esportiva. Ainda que os princípios metodológicos possibilitem a aplicabilidade em outras correntes esportivas, o presente estudo busca uma aproximação com os esportes de aventura. Portanto, considerando os princípios propostos por Betti e Zuliani (2002), como fundamento teórico, o objetivo do manuscrito em tela é propor uma reflexão sobre a possibilidade de ensino dos esportes de aventura utilizando os princípios metodológicos como norteadores da ação docente.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As mudanças sociais ao longo do tempo vindas dos campos das relações humanas como: globalização, socialização, comportamento humano, tecnologia, meio ambiente, entre outras, que se refletem na Educação Física, atualmente, os esportes de aventura mesmo manifestados na dimensão educacional ou no contexto do lazer, algo que tem chamado à atenção de muitos espectadores e admiradores são as modalidades desses esportes praticadas como esporte de alto rendimento, principalmente considerando que é essa dimensão do esporte que a mídia transmite em massa (BRASIL, 2016).

Betti e Zuliani (2002) assinalam que:

Hoje, somos todos consumidores potenciais do esporte-espetáculo, como telespectadores ou torcedores em estádios e quadras. A proliferação de academias de ginástica e escolinhas de esportes atende às camadas média e alta. Centros esportivos e de lazer públicos oferecem, embora de maneira ainda insatisfatória, programas de práticas corporais à população em geral (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 74).

Das diversas definições existentes na literatura que conceituam as modalidades dos esportes de aventura, Triani e Telles (2019), relataram que além do termo "esporte de aventura" há uma ampla gama de outras nomenclaturas. De acordo com os autores esses esportes também são comumente denominados como:

esportes californianos, esportes radicais de ação, esportes radicais de aventura, esportes radicais, turismo de aventura, esporte de aventura, turismo esportivo, esportes na natureza, atividade física na natureza, atividade de aventura, práticas corporais de aventura, além de muitos outros termos utilizados para se referir às práticas corporais estabelecidas na relação do homem com a natureza (TRIANI; TELLES, 2019, p. 294).

Triani e Telles (2019) também relatam que dentre as várias definições desses conceitos, o adotado pelo Ministério do Esporte exerce uma força no campo:

O termo esporte de aventura como o conjunto de práticas esportivas, pode ser vivenciado em ambientes educacionais, de lazer ou de rendimento, sob controle do uso de equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometimento sócio ambiental, desde que exista interação com a natureza, possibilitando a emergência de emoções sob condições de incerteza em relação ao meio e com risco calculado. A prática pode ser realizada em ar, água, neve, gelo e terra, por meio da exploração das possibilidades de condição humana (TRIANI; TELLES, 2019, p. 294).

Nesse sentido, para Breivik (2010), os esportes de aventura oferecem experiências positivas e embora cada uma dessas modalidades evidencie particularidades em termos de sua história, formas de inserção social, institucionalização, padrões de expressão e identidade, muitas compartilham um conjunto de atributos morais, sociais e afetivos que as distinguem dos esportes tradicionais, o que em tese foi se alterando e disseminando ao longo das últimas décadas. Foi a democratização dessas práticas corporais, que hoje são praticadas não mais apenas pela "suposta elite", mas por uma diversidade de pessoas de todas as classes sociais em praticamente quase todos os países do mundo, oportunizando a inclusão de todos que desejam vivenciar fortes emoções proporcionadas por essa corrente esportiva.

Quanto aos praticantes, Grezzana (2000), sustenta que de forma genérica existem poucas pessoas com conhecimento técnico sobre os aspectos específicos e de segurança que esses esportes exigem, mas que seus praticantes desejam viver suas emoções, sejam por busca de mero prazer ou pelo desempenho esportivo.

Há uma tradição técnico-pedagógica de pelo menos um século e meio com estratégias de ensino no âmbito de praticamente todas as modalidades esportivas. A partir daí muitas outras estratégias podem ser mobilizadas, em virtude das características do objeto de conhecimento tematizado e dos objetivos específicos a serem atingidos. Nos esportes de aventura, deve-se dar ênfase à aquisição de conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento, característica dessas modalidades, facilitar a vivência e incentivar a prática desses esportes, levando em conta os diferentes interesses dos praticantes. Contudo, a escolha de estratégias, bem como o processo de ensino dos conteúdos específicos, pode ser norteada por princípios metodológicos (BETTI; ZULIANI, 2002).

Do ponto de vista prático existem as possibilidades de intervenção profissional nos esportes de aventura, as quais têm ocorrido com foco no lazer, no turismo e na iniciação esportiva de crianças, jovens e adultos (UVINHA, 2001). Particularmente, o surf, o *skateboard*, o *snowboard*, o *kitesurf*, o *windsurf* e a

escalada esportiva são alguns exemplos de modalidades que já apresentam demanda para uma intervenção no âmbito da formação e do treinamento para competições de alto rendimento, principalmente a partir da inserção de algumas dessas modalidades nos Jogos Olímpicos de 2021. No Brasil, a atuação profissional dessas práticas esportivas de aventura tem se caracterizado a partir de duas perspectivas distintas, o turismo de aventura e os esportes de aventura. Contudo, no texto em tela a análise é apenas sobre os esportes de aventura.

OS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E O ENSINO DOS ESPORTES DE AVENTURA

Mauro Betti e Gomes-da-Silva (2018) apresentaram em uma de suas obras quatro princípios que o professor precisa adotar para orientar seu processo de ensino. Contudo, antes de especificar os detalhes de cada um dos princípios, os autores apresentam seu ponto de partida no que tange ao conceito de princípio.

A palavra “princípio”, além de denotar “começo” ou “início” de algo, também se refere a um ditame moral, lei ou preceito; a uma “proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimentos” (Houaiss, 2009). Os princípios didático-pedagógicos são também princípios axiológicos, referem-se a valores que escolhemos. São preceitos ou proposições que devem orientar os processos de ensino, e por serem princípios valorativos, deles não se pode abrir mão, sob pena de incorrência, de incorrer no erro de “falar uma coisa e fazer outra”, inaceitável para um educador (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018, p. 57).

A partir de uma análise interpretativa do que Mauro Betti e Gomes-da-Silva (2018) assinalam como conceito de princípio, torna-se importante entender que, estes princípios devem nortear a ação didática do docente no ensino do esporte, pois pode servir de base para uma ordem de conhecimentos, que neste caso, estará diretamente arraigado às ações pedagógicas vinculadas ao ensino dos esportes de aventura.

O ensino dos esportes de aventura deve ser facilitador de maneira a auxiliar o praticante na compreensão do seu sentir e da sua relação na esfera da prática em que se está inserido. É importante que o ensino seja reflexivo no que tange à prática pedagógica. Dessa forma, se faz necessário refletir sobre questões básicas como: as atividades o fizeram se sentir bem? Foram significativas? Foram prazerosas? Que condições a sociedade oferece no que tange à possibilidade de praticar essas atividades? Quais são os grupos sociais interessados nesta prática? Sendo assim, a prática dos esportes de aventura deve, progressiva e cuidadosamente, conduzir o praticante a uma reflexão crítica que o leve à autonomia no usufruto das práticas corporais presentes no universo dos esportes de aventura (BETTI; ZULLIANI, 2002).

PRINCÍPIO DA INCLUSÃO

Os conteúdos e estratégias selecionados para a prática dos esportes de aventura devem sempre propiciar a inclusão de todos os praticantes. Nesse sentido, a aplicabilidade do princípio da inclusão nos esportes de aventura resulta em um manejo docente, de esforçar-se para que todos os participantes executem as atividades atinentes ao ensino de forma igualitária, sejam eles descoordenados, acima do peso corporal adequado a sua faixa etária, deficientes ou até mesmo por determinada “punição” ao praticante. Desse modo o professor, ao ministrar os esportes de aventura, deve ter em mente a importância da inclusão de todos os alunos. Todavia, cabe ao professor desenvolver um planejamento que proporcione situações de movimento que todos tenham a oportunidade de participação (BETTI; ZULIANI, 2002).

Uma outra condição que pode ser atendida a partir do princípio da inclusão é a questão de gênero. Existem esportes convencionais cuja cultura social sempre foi representada pelo estigma de determinado gênero, masculino ou feminino. Segundo Goellner (2005), o futebol sempre foi um dos esportes mais populares do mundo, e que este sempre dicotomizou o gênero masculino do feminino, sendo o gênero masculino o principal material humano como produto de desempenho esportivo e esporte-espetáculo, no qual o “homem” sempre foi à figura central deste esporte.

Por outro lado, Triani, Silva e Paixão (2019), desenvolveram um estudo tematizando os esportes de aventura e identificaram que não houve evidências de situações de sexismo durante a prática, principalmente porque todos os participantes lograram as mesmas situações de movimento. Adicionalmente, vale ressaltar a pesquisa desenvolvida por Cardoso, Marinho e Pimentel (2013), que identificou, a partir de um grupo amostral de 157 pessoas, o gosto pelos esportes de aventura tanto pelos homens como pelas mulheres.

Portanto, refletir sobre o princípio da inclusão, é sobrepor o histórico das práticas corporais da Educação Física. Infelizmente em alguns momentos, este histórico pautou-se pela classificação dos indivíduos em aptos e inaptos, assim excluindo e dicotomizando pessoas das práticas corporais na Educação Física. Deve-se aqui também ressaltar que, mesmo ratificados sobre a exclusão de grande parte dos praticantes, infelizmente muitos professores ainda apresentam dificuldades em refletir ou modificar seus procedimentos no que tange às atividades excludentes, isto pode ocorrer devido ao enraizamento de tais práticas. Darido (2012, p. 93), exemplifica essa prática quando afirma que “alguns professores propõem jogos em que os alunos vencedores permanecem jogando mais tempo, em detrimento dos demais. Ações, como essa, podem indicar que o professor privilegia os mais aptos, o que deve ser evitado”.

A partir daí é possível perceber que o princípio da inclusão deve ser um dos norteadores da Educação Física dentro do contexto das práticas corporais dos

esportes de aventura, e que essas práticas demonstram que é possível modificar a concepção da sociedade quanto à prática desses esportes. Logo, quando se fala de uma prática corporal com base nos esportes de aventura torna-se necessário analisar de forma criteriosa o desenvolvimento de alternativas para a inclusão de todos os praticantes. Para tal, a inventividade passa a ter protagonismo no desenvolvimento de uma didática objetiva e segura, embasada em conceituações educacionais e técnicas visando atender essa realidade e não simplesmente deixar nenhum aluno de lado.

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE

A seleção dos conteúdos deve, tanto quanto possível, incidir sobre a totalidade das práticas corporais oferecidas pelos esportes de aventura, esses esportes ofertam uma diversidade de experimentações no âmbito de sua prática, pois as suas diversas definições contribuem para muitas possibilidades de se trabalhar diretamente ações pedagógicas correlacionadas à natureza de sua prática. Neste sentido, os conteúdos das modalidades dos esportes de aventura contemplam situações de movimento diversificadas, em constante mudança na dinâmica natural, dentro e fora da natureza desses esportes, isto é, o “Princípio da Diversidade”. Esse princípio visa garantir que, ao longo da vivência experimentada, os praticantes tenham o maior número possível de experiências corporais e oportunidades de aprender sobre, e com todos os conteúdos desses esportes.

Neste contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), sugerem que o princípio da diversidade poderá também ser aplicado na construção dos processos de ensino e aprendizagem orientando a escolha dos objetivos e conteúdos, que visam ampliar as relações entre os conhecimentos da cultura corporal de movimento (neste caso, os esportes de aventura) e os sujeitos da aprendizagem. Desta forma, busca-se legitimar as diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem com a consideração das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e socioculturais proporcionadas aos praticantes pela prática corporal, cultural e a universalidade desses esportes.

Outro ponto importante a salientar é a atenção sobre a “diversidade de conteúdos”, que deverá se concretizar em medidas que levem em conta não somente as capacidades intelectuais e os conhecimentos do praticante, mas, de que o mesmo dispõe de seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do praticante para aprendizagem em um determinado momento de sua prática (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, recomenda-se também, que o professor/instrutor fomente o princípio da diversidade relacionado com o trabalho da diversidade dos conteúdos em seu sentido mais amplo de prática. Isso significa dizer que o mesmo, não deve ensinar somente uma ou outra prática corporal relativa ao esporte de aventura, mas uma diversidade de práticas que fazem parte do universo da cultura corporal da

modalidade que está sendo tematizada pelo professor, em outras palavras, o professor deverá explorar todas as possíveis habilidades motoras de seus alunos, por meio das características de cada modalidade, como por exemplo: subir, escalar, correr, saltar, pular, equilibra-se, rolar entre outras características peculiares de cada modalidade (BRASIL, 2000).

Ainda sobre as orientações que constam nos PCNs (1998), a atuação do professor no âmbito da prática deve levar em conta também fatores sociais, culturais, e o histórico educativo de cada praticante, como também as características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou até mesmo de alta-habilidade intelectual. Deve-se dar especial atenção ao praticante que demonstrar a necessidade de resgatar a sua autoestima, pois se trata de garantir condições de aprendizagem diversificada a todos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais, e assim proporcionar as mais variadas práticas corporais possíveis.

Entretanto, as práticas corporais presentes na universalidade cultural dos esportes de aventura não podem apenas contemplar experimentações ambientais em água, gelo, ar ou terra, esses sendo escolhidos arbitrariamente pelo professor, não podem estar inseridos em um percurso de aprendizagem planejado, sem que haja intencionalidades pedagógicas explicitadas, a diversificação dos conteúdos deverá nortear às aprendizagens.

Para Betti e Zuliani (2002), essas possibilidades são visivelmente existentes, mas, eventualmente algumas aprendizagens poderão sobrepor-se em algum aspecto; por exemplo, as habilidades de deslocar-se no espaço como o (*parkour*), habilidade de escalada com velocidade (montanhismo), técnicas verticais, tirolesa, rapel, *mountain bike (down hill, cross country)*, *trekking*, entre outros, poderão coincidir em variáveis contribuições, mas que também irão se diferenciar em função das intencionalidades e das situações vividas pelo praticante. Logo, propiciar prazer e desempenho à prática é diversificar os conteúdos a serem trabalhados e aplicados. Assim sendo, as inferentes considerações textuais referem-se à atenção à diversidade que trata-se de um dos princípios comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os praticantes realizarem as aprendizagens fundamentais, técnicas e experimentação dos esportes de aventura, para que seu desenvolvimento e socialização sejam alcançados com êxito, e que cabe ao professor atender a este importante princípio didático.

PRINCÍPIO DA COMPLEXIDADE

Este princípio liga-se intimamente em uma análise teórica da complexidade entre os fatores intrínsecos (fatores relacionados diretamente com os praticantes) e extrínsecos (fatores relacionados aos materiais utilizados, ambiente natural de

prática, etc.). Dentre esses fatores, os aspectos individuais e o aprendizado de participação em equipe ou individualizada, devem proporcionar aos praticantes experiências que fomentem sua ascensão no âmbito recreativo, educativo ou esportivo, minimizando assim as complexidades que estes esportes podem oferecer.

Neste cenário de aprendizagens este é um ponto crucial de lógica, pois para Pereira, Armbrust e Ricardo (2008), esta complexidade está implícita, os autores afirmam em seu estudo que os esportes de aventura podem ofertar realizações complexas de prática e aprendizado, quando apresentadas ao praticante. Talvez complexas por acontecer onde a base dessas práticas pode estar relacionada diretamente entre o fator extrínseco (local de prática, materiais utilizados, condições climáticas, entre outros) e as conexões entre o fator intrínseco (capacidades físicas e intelectuais do praticante). Essas são possíveis variáveis que devem ser trabalhadas com os devidos cuidados, pois devem estar totalmente ajustadas à faixa etária e ascensão do praticante.

Visto que essas variáveis vinculadas às atividades propostas pelo professor podem provocar uma exigência entre as articulações e as soluções das mais diversas experimentações corporais possíveis, são estas que irão compor as características de complexidade para o praticante (VIEIRA; BAGGAGIO, 2004). Nesse sentido, a complexidade das práticas corporais dos esportes de aventura deverão ajustar-se as demandas gerais do praticante, tanto na esfera de prática corporal, quanto na esfera ambiental relacionada à prática com a natureza (TRIANI *et al.*, 2021).

Para Betti e Zuliani (2002), a didática, a metodologia e os conteúdos que forem selecionados para o trabalho das práticas corporais dos esportes de aventura, deverão adquirir complexidade crescente com o decorrer da faixa etária dos praticantes, tanto do ponto de vista de desenvolvimento motor (habilidades básicas, refinamento dessas habilidades e habilidades especializadas) como as de caráter cognitivo (na qual a capacidade de análise, de crítica, o processamento de informação, e tomada de decisões, são trabalhados continuamente).

Paixão *et al.* (2011), também orientam para que os professores agreguem uma série de saberes que minimizem a complexidade da prática para o praticante, tal qual o mesmo deverá vivenciar os domínios de técnica e suas possíveis adaptações, habilidades essenciais ajustadas à modalidade escolhida pelo praticante, conhecimento básico empregado à aplicabilidade da tecnologia e dos equipamentos utilizados, capacidade de realização e decifração das informações referenciais ao ambiente natural, e mediante o imprevisto, obter a capacidade de tomada de decisão e agir antecipadamente por meio de estratégias e métodos a serem utilizados para superar os obstáculos, ou seja, sobrepor a complexidade e o risco inerente à prática. Portanto, alcançar o êxito nos objetivos gerais de procedimento do planejamento determinado para a prática esportiva de aventura,

perpassa a complexidade que podem ser ofertadas por esses esportes. É possível ainda apontar para os conhecimentos que devem ser oferecidos ao praticante, ao qual o levarão a reflexões que a complexidade dessas atividades excede qualquer conhecimento prévio de senso comum sobre esses esportes.

Nesse sentido, Marinho (2008) apontam que a construção complexa dos conhecimentos desses esportes deverá ser suficiente para assegurar ao praticante não somente o prazer e a aventura desses esportes, como também sua integridade física e emocional, além de contemplar aspectos relacionados à preservação do meio natural em que se desenrola uma dada modalidade. A partir daí, essas considerações fornecerão pistas para se refletir acerca de como a complexidade e o risco desses esportes estão arraigados, e que esses fatores sobrepõem as fortes emoções de aventura proporcionadas pelas práticas corporais desses esportes, nos quais muitas vezes se efetivam em condições que expõem o praticante ao risco. Contudo, uma vez que o risco se configura como elemento inerente e propulsor dessa complexidade, torna-se importante refletir como os professores, que se encontram à frente da condução e instrução de diferentes modalidades de esportes de aventura percebem e lidam com o risco no sentido de prever, controlar e minimizá-lo no cotidiano das intervenções profissionais, para tanto isto não poderá ser uma barreira de “complexidade” que não seja sanada.

PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO AO ALUNO

O princípio da adequação ao aluno, segundo Betti e Zulliani (2002), deve ser praticado em todas as etapas processuais de ensino é preciso considerar as características, o potencial e a disposição do aluno, nas perspectivas cognitiva, social, motora e afetiva. Este princípio também pode ser conhecido como princípio de adequação aos aprendentes (BETTI; ZULIANI, 2002). Este é um dos princípios que o professor/a deverá compreender bem, mesmo que com outro termo “desconhecido” já que é bastante concreto o fato de que os alunos não são todos iguais e apresentam características bem individuais, ou seja, são seres singulares. No ensino da Educação Física e do Esporte sabe-se que este princípio também é conhecido como individualidade. Entretanto, no ensino dos esportes de aventura o princípio da adequação do aluno compreende as adequações das modalidades propriamente ditas, ou seja, o professor deve introduzir atividades práticas que sejam novas experimentações, ou uma variação mais complexa de adequação de um determinado movimento de modalidade que o aluno já domine.

Nesse sentido, para Brasil, Ramos e Nascimento (2019), a intervenção do professor toma o protagonismo não apenas no âmbito de prática e adequação ao aluno, mas, remonta a intervenção que se caracteriza pelo nível de complexidade e pela vulnerabilidade do ambiente em que a prática esportiva ocorre (ou seja, na natureza) e, também, da especificidade dos equipamentos utilizados e das habilidades exigidas por estes esportes. Sendo assim, o risco aparente oferecido pelos esportes de aventura surge como elemento pedagógico predominantemente

na adequação dessas atividades, nas quais o professor proporciona para aprendizagem dos praticantes, o modelo em que a base dos níveis adequados de risco apresenta implicações claras na segurança dos alunos, motivação e a aquisição das habilidades.

Entretanto, quando o aluno ainda está em desenvolvimento e não consegue realizar certo conjunto de atividades sozinho, mas é capaz de fazê-lo quando um adulto ou um colega mais capacitado lhe propicia orientações adequadas, tem-se aí o indicativo do nível de desenvolvimento potencial, bastante interessante do ponto de vista pedagógico, pois se trata de um panorama, referente ao futuro. Portanto, a dinâmica da adequação na aprendizagem, ao gerar desenvolvimento real, gera também habilidades em nível menos elaborado, e que poderão amadurecer futuramente (BETTI; GOMES-DA-SILVA, 2018).

Outro ponto que podemos considerar aqui é o proposto por Medrado (2013). Segundo o autor, existe o tempo para assimilar o conhecimento pedagogicamente. No contexto dos esportes de aventura o princípio da adequação ao aluno poderá ocorrer quando os conteúdos são organizados, sistematizados e divididos dentro de tempo pedagogicamente fundamental para a sua compreensão. A expressão de exemplo, observemos como um mesmo tema pode ser tratado em todos os níveis de prática numa ascensão espiralada. Saltar representa uma das atividades historicamente formada e culturalmente desenvolvida onde ultrapassar obstáculos pode ocorrer em altura ou extensão.

Indubitavelmente, a ênfase pedagógica deve incidir na adequação do problema/tarefa. “Como desprender-se da ação da gravidade e cair sem machucar-se? Das respostas encontradas pelos alunos, surgirão às primeiras referências comuns à atividade de saltar” (MEDRADO, 2013, p. 18). A partir daí à aplicação do princípio da adequação ao aluno, no ensino dos esportes de aventura fomentará a ampliação de seu domínio sobre a forma de praticar esses esportes e suas modalidades. É interessante também ressaltar que uma habilidade corporal envolve, simultaneamente, domínio de conhecimento, de hábitos mentais e habilidades técnicas (CARDOSO; MARINHO; PIMENTEL, 2013).

Sendo assim, o princípio da adequação ao aluno aos esportes de aventura compreende que as orientações didáticas de adequação podem ser determinadas pela relação entre conteúdo e objetivo. Por conseguinte, o fornecimento pela qual se concretiza esta relação em condições didáticas específicas pode ao mesmo tempo influenciar na reformulação ou modificação dos conteúdos e objetivos. Referindo-se aos meios de adequação para alcançar objetivos gerais e específicos no ensino dos esportes de aventura, ou seja, envolver as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os conteúdos e objetivos (DARIDO, 2012, p. 91).

Em se tratando de conteúdos evidenciam-se também à possibilidade de se desenvolver ações pedagógicas que abordem as dimensões dos conteúdos conceituais, atitudinais e procedimentais, abordadas junto às modalidades dos esportes de aventura (PAIXÃO, 2017). Nesse sentido, as modalidades desses esportes, oferecem práticas corporais que apresentam um grande potencial de desenvolvimento educativo, cujo objetivo suscita nos praticantes circunstâncias educativas com experimento pouco frequente, além de uma forte especificidade motivadora, imbuída de fortes ações emotivas, de significados e intencionalidades.

Nessa direção, Paixão (2017), afirma que toda e qualquer proposta que envolva a inserção de uma nova temática no âmbito de prática, suscita para além de uma consonância os princípios almejados (neste caso, o princípio da adequação ao aluno) que permeiam o planejamento proposto pelo professor, que passa indubitavelmente pela necessidade de serem precedidas de reflexões a partir do conceito de conteúdo. Desta maneira, cogita-se a forma de aplicabilidade desses conteúdos, que surgem como ações pedagógicas de seguinte seguimento:

Na dimensão conceitual podem ser desenvolvidos os aspectos históricos das modalidades, os locais de prática, os equipamentos, os objetivos e motivos de se praticar, bem como o entendimento do fator risco presente nas diferentes modalidades. No que se refere à dimensão procedimental, que trata do 'como fazer', podem ser desenvolvidas as técnicas de movimentos, as técnicas e princípios relacionados à segurança e bem estar do praticante, os processos pedagógicos e as adaptações necessárias do esporte para cada faixa etária e condições da escola. Finalmente, a partir da dimensão atitudinal, podem ser desenvolvidas a noção de regras, a ética dos esportes, o respeito às normas de segurança, a relação com situações de risco, a importância da cooperação entre praticantes no decorrer da prática de uma dada modalidade. (PAIXÃO, 2017, p. 175).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer os princípios metodológicos como possibilidade de aplicação no contexto do âmbito de prática dos esportes de aventura é reconhecê-los como uma forma potente de tematizar as práticas corporais de aventura. Os esportes de aventura poderiam ser mais incentivados e valorizados nas escolas brasileiras e cursos de formação, a fim de formar mais atletas e profissionais para atuação no campo profissional.

Para realização de pesquisas futuras, sugere-se a apresentação de propostas com estudos que centralizem seus objetivos, a fim de investigar o campo mais amplo de prática e ensino dos esportes de aventura. Este estudo também auxilia com contribuições para a prática do professor/instrutor dos esportes de aventura, como um ponto de partida para o ensino.

Em tempo, vale ressaltar o papel fundamental do professor/instrutor na preparação dos praticantes, promovendo o autoconhecimento e realizando intervenções que possam auxiliar os praticantes a terem certo prazer e gosto pelas modalidades, bem como criar estratégias para lidar com as suas relações técnicas, seja nos treinos, visando o alto nível do praticante ou mesmo no ambiente de lazer. Dito isto, ratificamos a importância de novos trabalhos científicos que fomentem as possibilidades das práticas de ensino para os Esportes de Aventura.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

Os autores declaram que participaram de forma significativa na construção e formação desde estudo, tendo, enquanto autores, responsabilidade pública pelo conteúdo deste, pois, contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual deste trabalho e satisfazem as exigências de autoria.

Felipe da Silva Triani - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Luiz Claudio do Nascimento - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos).

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro; GOMES-DA-SILVA, Pierre. *Corporeidade, jogo, linguagem: a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2018.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, n. 1, v. 1, p. 73-81, 2002. Disponível em:

https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Graduacao/CCBS/Cursos/Educacao_Fisica/REMEFE-1-1-2002/art6_edfis1n1.pdf. Acesso em: 09 mai. 2021.

BRASIL, Vinicius Zeilmann; RAMOS, Valmor; NASCIMENTO, Juarez Vieira. Intervenção profissional nos esportes de aventura: uma perspectiva conceitual a formação e a investigação. *Movimento*, v. 25, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.83842>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL, Vinicius Zeilmann; RAMOS, Valmor; SOUZA, Jeferson Rodrigues; BARROS, Thais Emanuelli da Silva; NASCIMENTO, Juarez Vieira do. As ações pedagógicas para a intervenção do treinador de surf. *Movimento*, v. 22, n. 2, p. 403-416, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/57346>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

BREIVIK, Gunnar. Trends in adventure sports in a post-modern society. *Sport in Society*, v. 13, n. 2, p. 260-273, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233083337_Trends_in_adventure_sports_in_a_post-modern_society. Acesso em: 25 abr. 2020.

BETRÁN, Javier. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa (Org.). *Turismo, Lazer e Natureza*. Manole: São Paulo, 2003.

CARDOSO, Fernando Luiz; MARINHO, Alcyane; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Questões de gênero em universitários praticantes de esportes de aventura. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 24, n. 4, p. 597-608, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-30832013000400007&script=sci_arttext. Acesso em: 30 mar. 2020.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto. O nicho Esportes de Aventura: Um processo de civilização ou descivilização? *EFDesportes*, Buenos Aires, v. 10, n. 87, 2005. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/O-nicho-%C2%BFesportes-de-Aventura%C2%BF%3A-um-processo-de-ou-Pilatti-Cantorani/0a4476053da1307cd15400571c66db89da52310f>. Acesso em: 25 fev. 2020.

DARIDO, Suraya. Princípios de ensino para a educação física na escola. 2012. p. 93. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41551/1/01d19t05.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GREZZANA, José Francisco. Educação, Meio Ambiente e Esporte de Aventura na Natureza. *Coletânea... ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER*, ENAREL, 12., Balneário Camboriú, Santa Catarina: Roca, 2000.

MEDRADO, Adaziel Teixeira. *Processo didático pedagógico do ensino do esporte em aulas de educação física escolar*. 2013. 50f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Porto Nacional-RO, 2013. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/6882>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MARINHO, Alcyane. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, v. 14, n. 2, p. 181-206, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/5756>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAIXÃO, Jairo Antônio. O esporte de aventura como conteúdo possível nas aulas de educação física escolar. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 170-182, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/21758042.2017v29n50p170/34005>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAIXÃO, Jairo Antônio; GABRIEL, Ronaldo Eugênio Calçada Dias; TUCHER, Guilherme; KOWALSKI, Marizabel; COSTA, Vera Lucia de Menezes. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 515-425, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326470023>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

PEREIRA, Dimitri Wuo; ARMBRUST, Igor; RICARDO, Denis Prado. Esportes radicais, de aventura e ação: conceitos, classificações e características. *Revista Corpoconsciência*. São Paulo, v.12, n.1, p. 35-56, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/3486.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TRIANI, Felipe da Silva; SAMPAIO, Bruno Henrique Ribeiro; CASTRO, Leonardo Motta; PAIXÃO, Jairo Antônio. Esportes de aventura praticados na Barra da Tijuca e São Conrado, RJ: um levantamento das modalidades e formação do instrutor. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-15, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e61665/42928>. Acesso em: 25 abr. 2020.

TRIANI, Felipe da Silva; SILVA, Felipe Tomaz; PAIXÃO, Jairo Antônio. Escalada indoor como possibilidade de conteúdo para a educação física escolar. *Conexões*, v. 17, pp. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8654409>. Acesso em: 1 mar. 2020.

TRIANI, Felipe da Silva; SOUZA, Anna Carolina Carvalho; MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; TELLES, Silvio de Cássio Costa. Representações sociais de graduandos em educação física sobre meio ambiente e a relação homem, esporte e natureza. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 102, n. 1, p. 205-217, 2021. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4133/3910>. Acesso em: 09 maio. 2021.

TRIANI, Felipe da Silva; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Representações sociais sobre os esportes de aventura na educação física. *Interfaces da Educação, Paranaíba*, v. 10, n. 30, p. 293-314, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3946/3276>. Acesso em: 27 mar. 2020.

UVINHA, Ricardo Ricci. *Juventude, lazer e esportes radicais*. Barueri: Manole, 2001.

VIEIRA, Péricles Saremba; BAGGAGIO, André. Complexidade, corporeidade e educação física. *EFDeportes*, Revista Digital Buenos Aires, v. 10, n. 74, Júlio, 2004. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd74/corpo.htm>. Acesso em: 02 abr. 2020.

Recebido em: 29 jul. 2020
Aprovado em: 16 jun. 2021

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

